



Março 2020

Ano 31

Nº 1

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

Este primeiro trimestre de 2020 é naturalmente marcado pela crise sanitária provocada pelo surto do COVID19, e pela perspectiva de uma crise económica sistémica que se percebe próxima da Grande Depressão de 1928/29. Se o vírus, por ser novo, pode ser classificado como um cisne negro, tudo o resto que se articula com esta novidade são cisnes brancos, há muito conhecidos.

Neste contexto de disrupção, a mudança será imperativa. A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar. Nos modelos de negócio, no funcionamento das economias, no sistema internacional. É, portanto, tempo de voltar a pensar estrategicamente, e de redefinir prioridades e modelos de comportamento para as tendências de evolução pós-crise sanitária, que moldarão o futuro.

Neste número:

- *Um cisne negro entre vários cisnes brancos*
- *Perspetiva económica*
- *Impacto sistémico e oportunidade estratégica de uma nova crise*
- *A nova estratégia industrial europeia*



Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 13

O que fica

Um cisne negro entre vários cisnes brancos

Se o vírus, por ser novo, pode ser classificado como um cisne negro, tudo o resto que se articula com esta novidade são cisnes brancos, há muito conhecidos. Se o vírus é um fator de descontinuidade, o modo como os responsáveis estão a organizar as respostas coletivas a esta perturbação ainda estão na continuidade da evolução histórica e é esse contraste que vai induzir alterações estruturais na configuração das sociedades, dos sistemas económicos, dos sistemas políticos e dos sistemas institucionais.

Não será muito o que continuará a ser como era. A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar.

Os Estados Unidos abandonaram o exercício da função de poder hegemónico, que assentava no multilateralismo das redes de alianças e da promoção da liberdade do comércio mundial. A evolução do sistema, reforçada pela presente crise, tem um reflexo relevante na Europa: já não são os Estados europeus que estão a construir a União Europeia, esta é que passou a ser a condição necessária para a estabilidade dos Estados europeus.

Páginas 14 a 20

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

As perspetivas da evolução económica internacional encontram-se dominadas e controladas pela evolução da covid-19, que conduziu a um confinamento global e sincronizado que levou a uma recessão económica que parece aproximar-se da Grande Depressão de 1928 com muitos dos seus aspetos e consequências (geo)políticas e (geo)económicas.

A economia internacional – senão mesmo as sociedades em geral – passarão a ter um marco de referência temporal, o coronavírus.

A evolução sanitária interna e externa afetará o desempenho da economia e sociedade portuguesas e a gravidade dos aspetos humanos que representam, entre outros, um elevado número de desempregados – e sem horizontes – bem como a potencial emergência de bolsas de pobreza (quase) absoluta, que não se viam desde há décadas.

Páginas 21 a 23

Tema de Fundo

Impacto sistémico e oportunidade estratégica de uma nova crise

As preocupações com os danos que este *lockdown* provocou, sobretudo em economias frágeis, ainda a tentar recuperar da crise de 2008-09, adensam-se, e começamos a tentar compreender, de alguma forma, as condições de recuperação pós-crise e quais os impactos em sistemas multilaterais complexos e cumulados de contradições e fragilidades como o é o da UE e em particular da zona euro.

O essencial é nunca desperdiçar uma crise naquilo que ela traz de oportunidade de construção de um novo – e, espera-se, melhorado – capítulo na história da humanidade.

Páginas 26 a 28

Estratégia e Competitividade

A nova estratégia industrial europeia

A nova estratégia industrial europeia representa a vontade – e esperança – de a Europa se manter competitiva no cenário global, com uma indústria mais verde, mais circular e mais digital.

A capacidade de a indústria europeia liderar a dupla transição (verde e digital) e impulsionar a competitividade europeia depende de, muito mais do que ser capaz de simplesmente se adaptar, ser capaz de se tornar o acelerador e facilitador de mudanças e inovações naquele sentido.

Este primeiro trimestre de 2020 é naturalmente marcado pela crise sanitária provocada pelo surto do COVID-19, e pela perspectiva de uma crise económica sistémica que se percebe próxima da Grande Depressão de 1928/29. Se o vírus, por ser novo, pode ser classificado como um cisne negro, tudo o resto que se articula com esta novidade são cisnes brancos, há muito conhecidos.

Neste contexto de disrupção, a mudança será imperativa. A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar. Nos modelos de negócio, no funcionamento das economias, no sistema internacional. É, portanto, tempo de voltar a pensar estrategicamente, e de redefinir prioridades e modelos de comportamento para as tendências de evolução pós-crise sanitária, que moldarão o futuro.

*Neste contexto de disrupção,
a necessidade de uma nova
estruturação da ordem mundial
vai impor-se pela realidade.*



Neste Relatório refletimos sobre aquilo que a crise sanitária, um cisne negro, representa de novidade, sem esquecer, no entanto, tudo o resto que se articula com esta novidade e que são cisnes brancos, há muito conhecidos. De facto, se o vírus é um fator de descontinuidade, o modo como os responsáveis estão a organizar as respostas coletivas a esta perturbação ainda estão na continuidade da evolução histórica e é esse contraste que vai induzir alterações estruturais na configuração das sociedades, dos sistemas económicos, dos sistemas políticos e dos sistemas institucionais.

Não será muito o que continuará a ser como era. A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar. Mas o cisne novo apenas acelerou e descobriu aquilo que vinha a desenvolver-se, com maior lentidão e encoberto pela espuma dos dias, e para o que o RT SaeR tem vindo a chamar a atenção nos últimos trimestres: a mudança estrutural do sistema internacional provocada pelo abandono, pelos Estados Unidos, do exercício da função de poder hegemónico, que assentava no multilateralismo das redes de alianças e da promoção da liberdade do comércio mundial.

As perspetivas da evolução económica internacional encontram-se também, naturalmente, dominadas e controladas pela evolução da Covid-19, que conduziu a um confinamento global e sincronizado que levou a uma recessão

económica que parece aproximar-se da Grande Depressão de 1928 com muitos dos seus aspetos e consequências (geo)políticas e (geo)económicas.

A evolução sanitária interna e externa afetará o desempenho da economia e sociedade portuguesas e a gravidade dos aspetos humanos que representam, entre outros, um elevado número de desempregados – e sem horizontes – bem como a potencial emergência de bolsas de pobreza (quase) absoluta, que não se viam desde há décadas.

Em tempos de crise, os decisores devem ter uma coisa presente: é essencial não desperdiçar a crise, naquilo que ela traz de oportunidade de construção de um novo – e, espera-se, melhorado – capítulo na história da humanidade. .



As preocupações com os danos que este *lockdown* provocou, sobretudo em economias frágeis, ainda a tentar recuperar da crise que de 2008-09, adensam-se, e começamos a tentar compreender de alguma forma as condições de recuperação pós-crise e quais os impactos em sistemas multilaterais complexos e cumulados de contradições e fragilidades como o é o da UE, e em particular da zona euro.

As perceções e leituras do presente e para o futuro multiplicam-se e dividem-se, no contexto da tensão interna que esta crise (re)coloca sobre as instituições, nomeadamente no contexto europeu. Aqui parece, no entanto, afirmar-se claramente que já não são os Estados europeus que estão a construir a União Europeia, é esta que passou a ser a condição necessária para a estabilidade dos Estados europeus.

Em tempos de crise, os decisores devem ter uma coisa presente: é essencial não desperdiçar a crise, naquilo que ela traz de oportunidade de construção de um novo – e, espera-se, melhorado – capítulo na história da humanidade. É por isso que escolhemos refletir sobre a nova estratégia industrial europeia, publicada no início de março, e que representa a vontade – e esperança – de a Europa se manter competitiva no cenário global, estabelecendo as bases para a (re)industrialização europeia, agora com base no princípio da sustentabilidade ambiental e social, para o ser também economicamente no longo prazo.

A todos, boas leituras.

Cisne negro...Cisnes brancos

Os acontecimentos da parte final deste primeiro trimestre de 2020, associados a uma pandemia provocada por um novo vírus, concentram de tal modo as atenções que remetem para a obscuridade ou para a irrelevância o que foi a evolução dos acontecimentos que antecedeu esta intervenção do inesperado.

É compreensível que as sociedades, e os que são responsáveis pela orientação dos comportamentos coletivos, sublinhem o que estes acontecimentos têm de inesperado, considerando que se está perante o aparecimento de um cisne negro, uma surpresa que ninguém poderia ter antecipado. Sendo compreensível esta reação de vitimização perante um choque da natureza, este não será o modo mais adequado e mais rigoroso para estabelecer a avaliação destes acontecimentos e para lhes responder com utilidade e com eficácia.

A revelação do novo vírus surgiu na China, ainda no último trimestre do ano anterior, mas rapidamente deixou de ser um fenómeno local para se difundir, pelo efeito de contágio, pelas dinâmicas da mobilidade das pessoas (e já não só dos produtos e dos capitais) que são uma característica estruturante do mundo moderno – isto é, que são uma realidade efetiva das coisas que determina o campo de possibilidades, o que não pode ser ignorado ou desvalorizado quando se tomam decisões e quando se opera dentro de um específico sistema de instituições e de normas.

Se o vírus, por ser novo, pode ser classificado como um cisne negro, tudo o resto que se articula com esta novidade são cisnes brancos, há muito conhecidos, e são os modos como as sociedades e os seus responsáveis, em todas as esferas da atividade, respondem a esse fator novo que vão gerar a inevitável transformação dos padrões, de equilíbrio e de desequilíbrio, até agora estabelecidos.

Se o vírus é um fator de descontinuidade porque não há defesas naturais e antídotos eficazes que o neutralizem, o modo como os responsáveis estão a organizar as respostas coletivas a esta perturbação ainda estão na continuidade da evolução histórica e é esse contraste entre um fator novo e as práticas habituais que vai induzir, por intenção ou por acaso, alterações estruturais na configuração das sociedades, dos sistemas económicos, dos sistemas políticos e dos sistemas institucionais.

*Se o vírus, por ser novo, pode ser classificado como um cisne negro, tudo o resto que se articula com esta novidade são cisnes brancos, há muito conhecidos.
Se o vírus é um fator de descontinuidade, o modo como os responsáveis estão a organizar as respostas coletivas a esta perturbação ainda estão na continuidade da evolução histórica e é esse contraste que vai induzir alterações estruturais na configuração das sociedades, dos sistemas económicos, dos sistemas políticos e dos sistemas institucionais.*



A verdadeira descontinuidade vai ser gerada pelo modo de resposta que as instituições – nacionais, regionais e globais – vierem a adotar depois de terem imposto a distância social e a quarentena para limitar a contaminação, e a sua eficácia estará dependente do que forem os limites de adaptação das estruturas antigas (que são os cisnes brancos conhecidos das rotinas passadas) à perturbação provocada por esta mudança das circunstâncias quando entra em atividade um fator novo, que provoca uma crise que também é de tipo novo: congela as sociedades ao mesmo tempo que provoca nas economias um choque duplo, na procura (não se compra nem se vende) e na oferta (não se produz porque a sociedade não se movimenta e as condições da atividade económica não permitem que se respeite a norma da distância social), para além de levar até ao ponto de rutura os sistemas hospitalares. E se o homem é ele e as suas circunstâncias, não poderá tratar de si se não tratar das suas circunstâncias.

Não será muito o que continuará a ser como era, mas o que terá de ser abandonado e substituído também o será apenas porque a pandemia forçou a revelação do que estava oculto por baixo da aparência de normalidade.

A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar.



Não será muito o que continuará a ser como era, mas o que terá de ser abandonado e substituído também o será apenas porque a pandemia forçou a revelação do que estava oculto por baixo da aparência de normalidade. E quando o vírus for controlado, o que se escondia sob a aparência de normalidade estará na superfície, amplificado e agravado.

Antes da evidência da epidemia do coronavírus, a estruturação da ordem mundial estabelecida estava configurada como a sobreposição de um sistema de equilíbrios instáveis na superfície dessa ordem mundial, mas que se apoiava numa base formada por desequilíbrios persistentes, cuja correção foi sendo adiada enquanto o sistema de equilíbrios instáveis superficiais ia mantendo uma aparência de ordem.

Qualquer incidente local poderia interromper esta tendência sustentada por estes equilíbrios instáveis, trazendo então para a superfície os desequilíbrios que estavam na sua base. Mas a pandemia não é um incidente local, é uma dinâmica global que atinge todos os pontos num curto intervalo de tempo, o que reduz o intervalo de oportunidade para poder corrigir os desequilíbrios mais acentuados e obriga a responder ao fator de crise apenas pela via dos programas e das decisões que os sistemas económico e político forem capazes de produzir nesta emergência – e isso significa que o que eram equilíbrios instáveis vão evoluir para o estatuto de relações insustentáveis.

A necessidade de uma nova estruturação da ordem mundial vai impor-se pela realidade efetiva das coisas que os efeitos da pandemia vão revelar.

Os dois desequilíbrios profundos que estão a pôr em causa a estruturação da ordem mundial são a rivalidade pela posição de poder hegemónico, quando enfraquece a capacidade dos Estados Unidos para sustentar a sua supremacia, e o excessivo nível de endividamento que os Estados das sociedades desenvolvidas têm vindo a acumular para sustentarem os seus sistemas de políticas públicas.

Os sistemas de políticas públicas europeus foram concebidos para estruturas demográficas com vitalidade e para economias com altas taxas de crescimento que, constituíram direitos e expectativas para as suas populações (e eleitorados). Por essa razão, não podem agora ser reformados e repensados quando a perda de vitalidade dessas demografias alterou a relação inicial entre receitas e despesas, obrigando a recorrer ao endividamento, mas também obrigando a manter a taxa de juro muito baixa (para conter os encargos financeiros) e, com isso, prejudicando a geração de receitas para o financiamento dos encargos com a segurança social (onde tinha um efeito relevante o “milagre dos juros compostos”, para capitalizar as contribuições durante um período muito longo de carreira contributiva, o que deixa de ser possível quando a taxa de juro é nula ou mesmo negativa). Estes dois desequilíbrios na base têm origens independentes e poderiam ter respostas de correção autónomas se os seus efeitos não se interrelacionassem de um modo que põe em causa a estabilidade dos equilíbrios instáveis que foram estruturados em cima da base que é formada por estes dois desequilíbrios fundamentais.

A supremacia dos Estados Unidos não é só posta em causa pela competição económica com a China e com algumas economias europeias ou pelo envolvimento em confrontos militares em diversas regiões. Essa supremacia é também enfraquecida pela conflitualidade e polarizações internas que se manifestam na sociedade americana.



A supremacia dos Estados Unidos não é só posta em causa pela competição económica com a China e com algumas economias europeias ou pelo envolvimento em confrontos militares em diversas regiões, que têm custos e implicam responsabilidades sem que lhes estejam associadas receitas relevantes. Essa supremacia é também enfraquecida pela conflitualidade e polarizações internas que se manifestam na sociedade americana, em que a população branca sabe que será minoritária dentro de uma década, e para quem a invocação das ameaças externas contribui para a rejeição das responsabilidades inerentes a quem tem a posição de centro hegemónico na ordem mundial, preferindo antes refugiar-se na barreira defensiva do nacionalismo isolacionista. Ao optar pelo unilateralismo e pelas guerras tarifárias, os Estados Unidos abandonam o exercício da função de poder hegemónico, que assenta no multilateralismo das redes de alianças e da promoção da liberdade do comércio mundial.

A resolução das questões associadas ao endividamento excessivo de várias economias é também dificultada quando a estrutura de ordem mundial é posta em causa, na medida em que isso prejudica a organização de redes de cooperação e a conceção de políticas comuns que, se adotadas e respeitadas por um grande número de países, permitiria reformular as políticas públicas para as adaptar às novas condições destas sociedades e destas economias.

Isso permitiria corrigir o processo cumulativo que continua a agravar o endividamento já registado nas condições do passado, sem possibilidade de correção automática – e agora, depois do choque do coronavírus, sem correção possível se não houver alteração dos padrões e dos instrumentos monetários das políticas públicas.

Este agravamento dos desequilíbrios da base (a instabilidade do centro de hegemonia e a tendência de evolução cumulativa do endividamento mesmo quando a taxa de juro é mantida na vizinhança do zero) repercute-se nos equilíbrios instáveis que estão na superfície, arrastando-os para o estatuto de desequilíbrio generalizado, na base e na superfície.

Sem o exercício da função hegemónica por uma potência que possa operar como centro regulador da ordem internacional, os equilíbrios instáveis regionais rompem-se (um processo que ameaça a coesão europeia e acentua a conflitualidade no Médio Oriente) e os espaços políticos nacionais ficam sem referências externas para regular a conflitualidade interna ou para orientar as escolhas estratégicas para um futuro que não só se tornou incerto, como se tornou efetivamente indeterminado porque nenhum Estado nacional pode aspirar a controlar ou, sequer, a estabilizar o seu horizonte do futuro num enquadramento em que, na base e na superfície, se acumulam os desequilíbrios.

Ao optar pelo unilateralismo e pelas guerras tarifárias, os Estados Unidos abandonaram o exercício da função de poder hegemónico, que assentava no multilateralismo das redes de alianças e da promoção da liberdade do comércio mundial.



O contexto que estava definido por esta articulação dos desequilíbrios na base com equilíbrios instáveis na superfície, era vulnerável aos efeitos de uma crise local que depois se generalizasse, mas é incapaz de resistir a um choque tão profundo como é uma pandemia, que se desenvolveu no intervalo curto de três meses e que é composto por uma crise sanitária (que obriga a uma estratégia de isolamento e de distância social para tentar evitar que o sistema hospitalar fique saturado) e por uma crise económica (com a total paralisação da atividade económica corrente, interrompendo todos os fluxos económicos) que se irá repercutir nos sistemas políticos, confrontados com a necessidade de tomar decisões para as quais não têm recursos suficientes ou não têm liberdade de ação nos termos dos seus poderes

constitucionais para responderem às exigências imediatas que lhes estão a ser, e continuarão a ser, colocadas.

Este não é um contexto de guerra, porque a destruição associada à guerra tem por finalidade obrigar um dos lados a negociar ou a render-se sem condições. No caso de uma pandemia, não há com quem negociar, e a destruição, direta pela ação do vírus, e indireta pelas ações que têm de ser decididas para controlar a contaminação, só pode encontrar resposta na reconstrução do que foi destruído.

No fim deste primeiro trimestre de 2020, a questão que fica em aberto para o período seguinte é a que configuração deverá obedecer essa reconstrução, pois os recursos disponíveis e as responsabilidades que serão transferidas para o futuro não vão permitir repetir a estruturação de políticas que se conhecem do passado: a dívida que vai ter de ser criada e assumida irá absorver ou diluir o capital acumulado nos períodos anteriores, e o regime de propriedade privada (que regista o que se acumulou no passado) irá evoluir para o regime de responsabilidade social (onde se regista a afetação de rendimentos futuros à neutralização da dívida que se acumulou para se financiar a reconstrução).

O contexto que estava definido por esta articulação dos desequilíbrios na base com equilíbrios instáveis na superfície é incapaz de resistir a um choque tão profundo como é uma pandemia, que se desenvolveu no intervalo curto de três meses e que é composto por uma crise sanitária e por uma crise económica que se irá repercutir nos sistemas políticos.



ESTADOS UNIDOS: A HEGEMONIA INCONSEQUENTE

A presidência de Donald Trump vai constituir um marco de mudança de época na política americana, mas não será pela realização do seu projeto de fazer a América grande outra vez, antes será pela evidência de que ele introduziu uma descontinuidade que não soube controlar ao impor o regresso ao nacionalismo isolacionista quando as questões do mundo atual exigem a coordenação e a circulação dos recursos em configurações multilaterais.

Ao escolher um padrão do passado, Trump afirma uma continuidade de nostalgia, mas ignora as redes de interdependência que permitiram aumentar a quantidade e a eficiência dos recursos disponíveis, pelo que o retorno ao padrão do isolamento implicaria sempre a regressão do potencial de crescimento. E uma economia que perde potencial de crescimento, com o elevado nível de endividamento que já tem e com as responsabilidades futuras inerentes ao seu padrão de políticas públicas, condena-se à inviabilidade.

O apoio da administração Trump às forças nacionalistas na Europa e à decisão da Grã-Bretanha de se retirar da União Europeia, ou as ameaças de levantar barreiras alfandegárias aos produtos de economias europeias constituem ataques e pressões dirigidos contra aliados dos Estados Unidos e membros da NATO, o que significa que estes pilares da estrutura de ordem mundial deixaram de sustentar uma plataforma de cooperação entre aliados para passarem a ser elementos sem controlo inseridos em relações de competição e de conflitualidade.



O novo nacionalismo adotado pela administração Trump é uma rejeição do multilateralismo em nome da soberania nacional, mas o que impulsiona este revisionismo histórico é a opção pela rivalidade com que ameaça a supremacia americana – e sem ter consciência de que, ao pretender disputar a rivalidade na perspectiva nacionalista, abandonando as redes de aliança porque estas são constrangedoras da soberania, está a abrir o caminho para a estagnação da economia americana e da economia mundial, o que irá destruir o que eram as bases e as condições de existência dessa supremacia.

Esta geração de efeitos opostos aos desejados mostra que a atual liderança americana não tem a perceção adequada da complexidade das relações políticas, confundindo o seu desejo voluntarista com a possibilidade que é determinada pela realidade efetiva das coisas, ou optando pelo uso unilateral da força para eliminar opositores, violando as normas das relações internacionais e até a ética da guerra. Ao decidir eliminar, por drone, Qasem Suleimani, a segunda figura do poder no Irão, chefe da Quds Force, uma divisão responsável por ações no exterior e por operações clandestinas, a administração Trump não exerce o poder regulador de um centro hegemónico, antes justifica e legitima as ações terroristas dirigidas contra interesses americanos, contribuindo para a instabilidade no Médio Oriente e enfraquecendo o estatuto dos Estados Unidos como nação indispensável para estabilidade da ordem mundial.

Consequência idêntica tem o apoio da administração Trump às forças nacionalistas na Europa e à decisão da Grã-Bretanha de se retirar da União Europeia, ou as ameaças de levantar barreiras alfandegárias aos produtos de economias europeias.

Nestes casos, porém, os ataques e as pressões são dirigidos contra aliados dos Estados Unidos e membros da NATO, o que significa que estes pilares da estrutura de ordem mundial deixaram de sustentar uma plataforma de cooperação entre aliados para passarem a ser elementos sem controlo inseridos em relações de competição e de conflitualidade.

EUROPA: A UNIDADE NECESSÁRIA

Se a Europa unida foi um programa da política americana depois da Segunda Guerra Mundial, hoje são os Estados Unidos os que se mostram interessados em dismantelar o que ajudaram a construir, justamente quando a evolução

das circunstâncias mundiais, nas questões políticas, económicas e de segurança, tornam mais necessária a unidade da Europa.

As consequências do choque epidémico vão tornar ainda mais evidente esta necessidade, porque a reação comum a uma perturbação que atinge todos de modo idêntico desencadeia consequências que vão exigir a conceção e aplicação de políticas comuns, e todos irão precisar do apoio do Banco Central Europeu, a única instituição que tem instrumentos com potência suficiente para enfrentar o grau de destruição nas economias e nas sociedades que o coronavírus vai provocar.

A reação comum a uma perturbação que atinge todos de modo idêntico desencadeia consequências que vão exigir a conceção e aplicação de políticas comuns, e todos irão precisar do apoio do Banco Central Europeu (...) já não são os Estados europeus que estão a construir a União Europeia, é esta que passou a ser a condição necessária para a estabilidade dos Estados europeus.



Este é um contexto novo, em que a União Europeia já não tem o apoio e a proteção de segurança dos Estados Unidos exatamente quando a união dos Estados europeus é mais necessária do que foi no passado porque nenhum Estado europeu tem escala para reunir os recursos de que precisará para resolver os desequilíbrios que se acumularam no passado e que são agora agravados pelas novas circunstâncias que este trimestre revelou.

Se a União Europeia foi concebida como uma união de Estados em processo de convergência gradual, hoje a União Europeia é a plataforma necessária para cada um dos Estados europeus: já não são os Estados europeus que estão a construir a União Europeia, é esta que passou a ser a condição necessária para a estabilidade dos Estados europeus.

Se os Estados europeus são eles e as suas circunstâncias, para tratarem das suas circunstâncias precisam agora da União Europeia, pois nenhum deles tem potência suficiente para configurarem isoladamente as suas circunstâncias. Não desapareceram as divisões tradicionais entre a Europa do Norte e a Europa do Sul, nem as resistências à emissão de títulos de dívida europeus ou a tudo o que possa parecer uma união de transferências de zonas com excedentes para zonas com défices.

Mas a realidade efetiva das coisas vai tornar as necessidades comuns mais relevantes do que as desconfianças recíprocas e a reconfiguração da União Europeia irá ser mais o efeito do futuro do que da avaliação das divergências e disputas do passado.

Neste sentido, a crise do presente implica que a União Europeia do futuro será muito mais uma união de políticas comuns do que uma união de Estados membros: mudaram as circunstâncias, também muda a identidade.

PORTUGAL: A INTERIORIZAÇÃO DO EXTERIOR

Como Estado membro da União Europeia, quanto mais consistente e estável for este espaço integrado e quanto maior for a qualidade dos seus programas políticos, maior será a amplitude do campo de possibilidades para Portugal. Este é um traço permanente da sua história, Portugal sempre precisou da dimensão externa para se expandir escapando à exiguidade dos seus recursos.

Nas condições do presente, este traço permanente aparece ainda mais sublinhado: com a dívida acumulada no passado, uma recessão pronunciada, implicando a queda do PIB, implicará também o crescimento do peso da dívida no PIB, o que impossibilitará o recurso a novas emissões de dívida que, no entanto, a recessão previsível no contexto da crise da epidemia vai tornar necessárias. É por isso que Portugal precisa de uma União Europeia de políticas comuns que sirvam de autorização e de garantia para que Portugal possa recorrer ao poder de emissão monetária que é detido pelo Banco Central Europeu.

Num quadro de condicionalismos como este, a convergência das posições políticas internas não decorre de um processo de negociação entre forças partidárias e sociais, nem de uma conciliação de argumentos, decorre da força das coisas. E a responsabilidade dos agentes políticos, económicos e sociais não estará na procura de propostas que estejam em competição entre si, mas sim na explicação, junto dos eleitores, do que são esses condicionalismos e do que são as suas consequências.

Para poder enfrentar os desafios e as ameaças que estão à sua frente, os portugueses precisam de interiorizar o que acontece no exterior de que dependem, porque os recursos próprios que estão ao seu alcance no interior não são suficientes para vencer os desafios nem para derrotar as ameaças.

Portugal precisa de uma União Europeia de políticas comuns que sirvam de autorização e de garantia para que Portugal possa recorrer ao poder de emissão monetária que é detido pelo Banco Central Europeu.



PERSPETIVA INTERNACIONAL

Nos finais do mês de abril, as perspetivas da evolução económica internacional encontravam-se dominadas e controladas pela evolução da covid-19. Esta pandemia surge num contexto societal, incluindo tecnológico, que, do ponto de vista económico, subverteu estruturas e relacionamentos – é terramoto e tsumani. Conduziu a um confinamento global e sincronizado que levou a uma recessão económica que parece aproximar-se da Grande Depressão de 1928, com muitos dos seus aspetos e consequências (geo)políticas e (geo)económicas.

As perspetivas da evolução económica internacional encontram-se dominadas e controladas pela evolução da covid-19, que conduziu a um confinamento global e sincronizado que levou a uma recessão económica que parece aproximar-se da Grande Depressão de 1928 com muitos dos seus aspetos e consequências (geo)políticas e (geo)económicas.



É ainda muito cedo para se poder avaliar fria e racionalmente o que está a suceder e como irá evoluir este processo. Salientem-se, no entanto, alguns aspetos. Um deles respeita ao ambiente de “infopandemia”. O que se processa é visto e enfatizado emocionalmente (alimentando medo) em tempo real e a nível global pelos media. Vive-se em contextos de “overinformation” da era digital em comparação com os da era analógica que eram de “underinformation”. Um outro respeita à morte e como (um)a morte humana é vista em muitas partes do mundo.

No passado, aceitavam-se “baixas” em “combate”. Hoje, é difícil para a opinião pública, em particular para as sociedades mais desenvolvidas, aceitarem as “baixas” provocadas e divulgadas pelos media pela covid-19. “Esquecem-se” (ou os media conduzem [in]conscientemente a tal) que a não aceitação de algumas “baixas-covid-19” corresponde objetivamente à aceitação de mais óbitos e doenças, atuais e futuros, de outra natureza, provocadas, entre outras, pela paralisia económica e desemprego e pelo encurtamento dos períodos de vida das pessoas decorrentes do confinamento. Corresponde, em termos económicos, a um raciocínio “*ceteris paribus*” dos óbitos. Ainda, dentro deste domínio, os governos ficam/ram, assim, fortemente condicionados na sua atuação e na “*regulation*” dos processos político-sociais. Esta evolução aponta para que a saúde pública passe a fazer parte do domínio da “segurança e defesa nacional”. Mas, quer em regimes autocráticos, quer em regimes democráticos liberais, a privacidade individual “cai” para fazer face à segurança sanitária – as modernas tecnologias (e.g., smartphones/câmaras de vigilância/drones) permitem a monitorização individual do estado de saúde e de circulação individuais. Por agora é ainda “sobre a pele”... num futuro não

muito distante, será “sub a pele” (biochips). E as potencialidades de monitorização poderão, porventura, estender-se, no futuro, aos aspetos emocionais e ao pensamento (o cenário de “1984”, de George Orwell, é “pobre” face a estas possibilidades). Na prática, correspondem a um *upgrade* do sistema de controlo social (“Social Credit System”, qual “carta de pontos individual”) existente e praticado na China e suscetível de ser exportado. Nas democracias liberais, poderá ser subtil, “faturando” a privacidade, originando como que algo tipo “*surveillance capitalism*” e facultando informação individual, “legal ou ilegalmente” aos governos e aos serviços de *intelligence*.

A estratégia de confinamento sincronizado a nível mundial traduziu-se num encerramento de fronteiras e numa paralisia económica que provocou um choque súbito de quebra simultânea de oferta e de procura, embora com desempenhos diferenciados em alguns setores.



Naturalmente, a questão de a saúde pública passar a fazer parte do domínio da “segurança e defesa nacional” tem também o seu aspeto positivo. O conceito de uma rede sanitária básica universal (acessível) e pública (ou assegurada/complementada por sistemas privados) parece progredir – o modelo poderá vir a existir, agora, nos EUA (já existe nos sistemas de saúde tipo europeu). Atente-se, contudo, que as políticas de confinamento/distanciamento social e de alargamento dos serviços de saúde à população em geral (incluindo a não ou insuficientemente “coberta” no caso dos EUA) foram uma resposta política de saúde pública para salvar os respetivos sistemas de saúde que ficariam sobrecarregados dadas as características do coronavírus. Houve tentativas de prosseguir estratégias diferentes para conseguir a “imunidade de grupo” que foram abandonadas por pressão mediática (e também porque as autoridades pressentiram que os respetivos sistemas de saúde não aguentariam) mas que a Suécia ia prosseguindo (recomendou um confinamento/distanciamento social “soft”) – no entanto só no final do processo, dentro de meses, é que se poderá avaliar da respetiva justeza.

A estratégia de confinamento sincronizado a nível mundial traduziu-se num encerramento de fronteiras e numa paralisia económica. Houve/há um choque súbito de quebra de oferta (grosso modo, a produção “industrial” e a “economia de experiências”, como o turismo ou as “*performing arts*”, ou, ainda, as atividades/indústrias desportivas, paralisaram) e uma quebra de procura (quebra súbita de rendimentos e consumidores confinados). Prospera neste contexto a digitalização das atividades/relações – a transição digital teve aqui um grande impulso bem como o cibercrime (além da “vigilância digital” antes referida). Houve/há uma enorme disrupção nas cadeias de produção em que se baseava a economia globalizada. A economia internacional – senão mesmo as sociedades em geral – passarão a ter um marco de referência temporal, o coronavírus. Após o coronavírus, porventura, a globalização terá regredido significativamente e terá ocorrido uma renacionalização dos espaços

económicos nacionais. Esta renacionalização traduzir-se-á em assegurar a produção nacional de bens e serviços estratégicos (incluindo agora a saúde) incluindo intervenções do Estado no capital das empresas (as companhias aéreas de bandeira deverão estar de regresso). O “*decoupling*” da Chimerica, já anteriormente detetado, acentuar-se-á, quer pelas razões do passado – competição geopolítica/geoeconómica – quer pelas mesmas agravadas agora com o processo da covid-19. Os EUA vinham abdicando, com a Administração/Presidência Trump, de serem líderes da cena internacional, bem como dissociando-se das instituições multilaterais de relacionamento/negociação internacionais, incentivando nacionalismos exacerbados/radicais. Com a covid-19 acentuaram esse processo (ao quererem dissociar-se da Organização Mundial de Saúde, abrindo a porta à China...).

*A economia internacional –
senão mesmo as sociedades
em geral – passarão a ter um
marco de referência temporal,
o coronavírus.*



A Nova (Des)Ordem internacional reforça-se – o Mundo é crescentemente multipolar, a China ganha quota de mercado no xadrez mundial (o Mar da China será cada vez mais chinês porque a própria Marinha norte-americana terá mais dificuldades de o evitar, não só por causa do desenvolvimento militar chinês mas porque os porta-aviões norte-americanos revelaram-se “placas de petri”, i.e., incubadores e disseminadores de coronavírus). Nesta fase, a aparente capacidade de resposta chinesa à pandemia bem como a de alguns estados asiáticos, mesmo não autocráticos (embora utilizando uma “vigilância digital forte” como a Coreia do Sul) em comparação com as aparentes insuficiências de respostas ocidentais conjugada, entre outros, com o abdicar norte-americano de liderança internacional, parece dar a possibilidade de afirmar que este século será “o século asiático”.

A agravar a perda de quota da relevância norte-americana está a queda dos valores do petróleo que chegaram a atingir preços nominais negativos significativos. Esta queda significa o dizimar da produção de hidrocarbonetos “*shale*” dos EUA e da sua independência energética – e, portanto, o regresso à dependência da produção do Médio Oriente. Ainda, esta quebra de preços do petróleo e de muitos de matérias primas, reflexo da recessão/depressão, significará a emergência de mais/muitos Estados falhados, cujas economias dependiam dessas produções, complicando ainda mais o xadrez político e financeiro internacional, reforçando a Nova (Des)Ordem internacional. “Naturalmente”, com a inatividade humana, a natureza/ambiente recuperou níveis (mais) sustentáveis... estará a humanidade “a mais” no planeta? O “progresso/crescimento económico” será um “pecado” ambiental? Será possível um compromisso para um “crescimento sustentável” e para gerir os efeitos das alterações climáticas? Porventura a resposta não aparenta ser

positiva dado o clima de conflitualidade/não cooperação internacional que, além do mais, necessita de crescimento – i.e., satisfação das necessidades “básicas” – para se poder passar para um patamar de cooperação e não de luta pela sobrevivência, i.e., salve-se quem (e como) puder.

No primeiro “exercício” macroeconómico internacional em contexto de pandemia do FMI – o World Economic Outlook, *update* de 14 de Abril – refere-se “projetamos que o crescimento mundial em 2020 caia para -3%. É uma redução de 6,3 pontos percentuais do nosso prognóstico de janeiro de 2020, uma correção bastante significativa em um período muito curto. Neste contexto, o *Grande Lockdown* caracteriza a mais grave recessão desde a Grande Depressão, muito pior do que a crise financeira mundial de 2009. Pressupondo que a pandemia se dissipe no segundo semestre de 2020 e que as medidas de política económica tomadas em todo o mundo sejam eficazes para evitar a quebra generalizada de empresas, demissões em massa e tensões financeiras em todo o sistema, projetamos que o crescimento mundial em 2021 recupere para 5,8%”. Atente-se que estas projeções não contam com uma segunda ou mais vagas da pandemia o que agravaria as perspetivas. Neste exercício, em 2020, a economia chinesa ainda crescerá a um ritmo de 1.2% (contra 6.1% em 2019), mas os EUA deverão contrair (-)5.9% (contra +2.3% em 2019) bem como a zona euro em (-)7.5% (contra +1.2% em 2019).

A queda dos valores do petróleo e de matérias primas, reflexo da recessão/depressão, significará a emergência de mais/muitos Estados falhados, cujas economias dependiam dessas produções, complicando ainda mais o xadrez político e financeiro internacional, reforçando a Nova (Des)Ordem internacional.



Face à crise económico-social as políticas monetária e fiscal dos EUA atuaram agressivamente e indiciam atuar no que/como for necessário para salvaguardar a economia e a sociedade americana sem constrangimentos “ortodoxos” económico-financeiras, digladiando-se, sim, em termos ideológico-políticos, i.e., entre quem privilegiar, se (grandes) empresas ou empregados, ou, doutro modo, republicanos vs. democratas. Mais de 26 milhões de pessoas já tinham feito o seu pedido de subsídio de desemprego nos finais de abril o que deverá colocar a taxa de desemprego no intervalo de 15 % a 20 % nesse mês, sendo de admitir que nos próximos meses se ultrapasse esse limiar superior (e, eventualmente, se aproxime dos valores de 25% da Grande Depressão - em Fevereiro esta taxa situava-se nos 3.5%). O FED foi o primeiro a reagir e foi evoluindo de forma a entrar num processo de QE (*Quantitative Easing*) como que “ilimitado”, comprando não só papeis/obrigações do Tesouro (i.e., monetizando diretamente a dívida) bem como outro tipo de instrumentos financeiros como obrigações “junk”. Por outro lado, do lado da política fiscal, os pacotes de ajuda/intervenção/estímulo orçamental (incluindo, grosso modo, “tudo e todos”, mesmo um cheque de 1 200 \$US assinado por Trump para cada americano que não auferisse um

rendimento anual individual de até 75 000 \$US ou de 150 000 \$US no caso de casal), apontavam para que o déficit federal atingisse os 3.7 US\$ tr (trilhões, milhares de bilhões em português) no final do ano fiscal de 2020 (fim de Setembro). As previsões oficiais até finais de abril apontavam para que a economia contraísse 5.6% em 2020 e a taxa anual de desemprego se situasse nos 12% no final do ano. Com a contração da economia e com os pacotes fiscais decididos até à altura referida o déficit federal representaria 17.9% do PIB (e 9.8% em 2021) contra um déficit de 4.6% em 2019, i.e., um aumento de 13 p.p. em 2020, traduzindo-se no maior déficit desde a IIª Grande Guerra e atirando o peso da dívida acima dos 100% em relação ao PIB.

Não será de afastar que pacotes adicionais venham ainda a surgir, onerando ainda mais o déficit e, portanto, a dívida. Atente-se que no caso norte-americano o honrar da dívida pública não se revelará difícil. *In extremis*, não há problema quando os juros se aproximam de zero e haja monetização direta/imediata desta (ativo no FED e correspondente passivo do Governo) – teoricamente não existem limites à dívida, as questões colocar-se-ão a nível de tensões inflacionistas no futuro e a uma potencial desvalorização do dólar (embora nesta altura este continue a ser procurado como moeda refúgio apesar da enorme criação de liquidez).

No que respeita à UE e zona euro, o desafio colocado pela pandemia representa um risco existencial. As respostas iniciais foram essencialmente nacionais, fecharam-se fronteiras e abriram-se os “cordões à bolsa” para ocorrer às despesas sanitárias e de ajuda imediata. A Comissão “legitimou”, *a posteriori*, essas reações iniciais, como a suspensão do acordo Schengen e a suspensão das regras orçamentais do PEC. O BCE retomou o QE (plano de compra de 750 €bn, flexibilizando os limites das quotas nacionais), o Eurogrupo apresentou um pacote de 540 €bn (disponível a 1 de Junho) e o Conselho Europeu aprovava (em finais de abril) um Fundo de Recuperação Económica com montante, financiamento e amortização, e, ainda, regras de aplicação, a definir/negociar mas que poderá rondar entre 1 a 1.5 €tn e que deverá ser aprovado até final do ano. Tudo somado, muitos bilhões e muito poucos p.p. (pontos percentuais) em relação ao PIB, em comparação com a resposta americana. Com a agravante de que no caso norte-americano há uma monetização direta da dívida sem (grandes) problemas de a honrar e no caso europeu, evita/ladeia-se a monetização e há que honrá-la, não se sabendo como.

Em resumo, vão sendo encontrados compromissos políticos e financeiros a muito custo. Obviamente são passos positivos, mas, porventura, insuficientes

Face à crise económico-social as políticas monetária e fiscal dos EUA atuaram agressivamente e indiciam atuar no que/como for necessário para salvaguardar a economia e a sociedade americana sem constrangimentos “ortodoxos” económico-financeiras.



e percecionados pelos mercados com alguma desconfiança. Conseguirá politicamente o QE do BCE segurar os *spreads* (que estão aumentando entre as taxas de juro dos países mais endividados, basicamente os do sul da zona euro, face à referência que é a taxa das obrigações alemãs? Até quando, i.e., quer a curto, quer a médio prazo? Quanto ao Fundo, qual vai ser o seu montante e, nomeadamente, revestirá a forma de subvenções ou de empréstimos ou de uma solução mista? E na parte dos empréstimos (que acrescerá à dívida), qual o juro e períodos de amortização? Estas incógnitas são extremamente relevantes porque há países altamente endividados que verão acrescidas as suas dívidas e caso não sejam encontrados compromissos aceitáveis regressar-se-ia/á a uma nova crise de dívidas soberanas e a planos de austeridade politicamente inviáveis e detonadores potenciais duma desagregação europeia a prazo. A acrescentar a estas incógnitas, ocorrerá um *hard Brexit* económico no final deste ano? E, ainda, sobreviverá a NATO ao recuo estratégico norte-americano, evitando o destabilizar da Europa, quer na sua frente interna, quer na frente externa?

Na Europa, vão sendo encontrados compromissos políticos e financeiros a muito custo. Obviamente são passos positivos mas, porventura, insuficientes e percecionados pelos mercados com alguma desconfiança.



PERSPETIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, quer ainda em termos sanitários, aparece completamente dominado pelo contexto covid-19 e dos seus reflexos internacionais, em particular, europeus. Do ponto de vista sanitário, em finais de abril, a evolução portuguesa no contexto europeu tinha sido favorável, nomeadamente, em termos de óbitos per capita (por milhão de habitantes) e de apenas 2% da população de infetados. Mas tal representava um risco maior segundo um reputado virologista: “porque temos um número baixo de infetados, pouca imunidade populacional e o vírus espalhado pelo país. É como se fossem focos prontos a explodir quando se libertarem as pessoas”.

A evolução sanitária interna e externa afetará o desempenho da economia e sociedade portuguesas e a gravidade dos aspetos humanos que representam, entre outros, um elevado número de desempregados – e sem horizontes – bem como a potencial emergência de bolsas de pobreza (quase) absoluta, que não se viam desde há décadas (a ruralidade no passado ainda constituía um “amortecedor” económico-social).

Ainda, da evolução sanitária depende a reabertura das fronteiras (o restabelecimento da circulação no espaço Schengen), essencial para economia portuguesa por causa dos seus impactes no turismo, com peso significativo,

quer no PIB, quer em termos de emprego, quer em termos de receitas externas. Também dependente da referida evolução está a retoma da economia informal, com aspetos relevantes em termos de emprego e de “amortecedor social” (e político).

No quadro das projeções do FMI antes referidas, o PIB deverá cair 8% em 2020, e crescer 5% em 2021, recuperando parcialmente da recessão deste ano. Por seu lado, a taxa de desemprego deverá mais do que duplicar, encerrando o ano com 13.9% versus os 6.5% no final de 2019. Mas como se referiu anteriormente não estão (des)contados, nestas projeções, potenciais efeitos duma segunda vaga da pandemia que caso obriguem a reverter as medidas de desconfinamento gradual, agravarão ainda muito mais as perspetivas. Ainda, dentro do mesmo quadro de projeções, o défice poderia atingir os 7.5% do PIB em 2020 (depois ter sido possível o primeiro excedente do período democrático em 2019) e a dívida pública subir para os 135% em relação ao PIB (um aumento de cerca 15 p.p. no ano, quando vinha sendo conseguido um declínio gradual). Mas quando e como serão reimpostos os constrangimentos do PEC, em particular, ao ritmo da redução da dívida? Esta é uma incógnita relevante para perceber se haverá “austeridade tradicional”... há o aspeto favorável de estarmos acompanhados por uma grande economia europeia como a Itália (com um dívida a superar aos 155%) bem como todas as economias europeias terem registado aumentos dos respetivos ratios de dívida. Se todos comessem a corrigir “tradicionalmente” o problema apenas se agravaria ainda mais... caso se exija um esforço maior aos mais endividados tal não se afigura viável politicamente, em especial, no caso italiano.



A UE e a eurozona terão de encontrar compromissos viáveis política e financeiramente para estas questões caso queiram sobreviver. E o BCE tem de segurar, entretanto, os *spreads*. A Alemanha desempenhará aqui um papel decisivo, positiva ou negativamente – atente-se que a Chanceler Merkel, pró-europeia, está no final do seu mandato (e, provavelmente, não desejará ficar para a História como presidindo ao insucesso do projeto europeu).

Em suma, Portugal está no navio europeu... caso este não “nafrague” Portugal não naufragará. Caso ocorra um naufrágio, Portugal naturalmente sobreviverá, embora haja “baixas” no meio dos naufragos. Porventura, em todo este contexto, haveria que proceder a uma adaptação da frase/poema “navegar é preciso’... (por mares nunca de antes navegados)” para “surfear é preciso... (em ondas desconhecidas)”.

A evolução sanitária interna e externa afetará o desempenho da economia e sociedade portuguesas e a gravidade dos aspetos humanos que representam, entre outros, um elevado número de desempregados – e sem horizontes – bem como a potencial emergência de bolsas de pobreza (quase) absoluta, que não se viam desde há décadas.

Impacto sistémico e oportunidade estratégica de uma nova crise

À data de final de abril, Portugal continua em estado de emergência, a sociedade em confinamento, e a economia, como grande parte das economias mundiais, em *lockdown*.

Mas, depois da suspensão quase total do funcionamento das economias, na Europa e um pouco por todo o mundo, começamos, sobretudo na Europa, a pensar no futuro próximo em que as empresas serão autorizadas a reiniciar as suas atividades, em maior ou menor grau.

As preocupações com os danos que este *lockdown* está a provocar, sobretudo em economias frágeis, ainda a tentar recuperar da crise que de 2008-09, adensam-se, e começamos a tentar compreender de alguma forma as condições de recuperação pós-crise e quais os impactos em sistemas multilaterais complexos e cumulados de contradições e fragilidades como o é o da UE e em particular da zona euro.

Naturalmente, é ainda muito cedo. Cedo para perceber qual a extensão da crise que enfrentaremos agora; cedo para conseguir descortinar um padrão expectável para a sua evolução; cedo para compreender as múltiplas dimensões de que se revestirá.

Mas parece haver já algum consenso básico entre os economistas: a crise provocada pela pandemia covid-19 e a crise de 2008 constituem, ambas, um choque económico severo que ameaça profundamente o nosso bem-estar económico.

Como a crise de 2008-09, o covid-19 afeta quase todos os países do mundo economicamente, e é um fenómeno sistémico, embora não constitua, originalmente, uma crise financeira como a de 2008.

Incerteza é de novo a palavra chave, tanto quanto ao impacto final da crise na economia global, como quanto ao momento de uma recuperação, como reconhece o FMI, mas já se antevê que podemos estar a assistir à pior contração económica em um século, uma recessão global causada pela emergência sanitária causada pelo surto do covid-19, com uma forte probabilidade de se transformar numa crise sistémica em larga escala.

As preocupações com os danos que este lockdown provocou, sobretudo em economias frágeis, ainda a tentar recuperar da crise que de 2008-09, adensam-se, e começamos a tentar compreender de alguma forma as condições de recuperação pós-crise e quais os impactos em sistemas multilaterais complexos e cumulados de contradições e fragilidades como o é o da UE e em particular da zona euro.



O avanço de Abril do Relatório do FMI sobre Estabilidade financeira global - *Global Financial Stability Overview: Markets in the Time of COVID-19*, cujo relatório completo se espera em Maio, começa a mostrar alguma clareza sobre o cenário a curto prazo: “em apenas três meses, as perspectivas para 2020 mudaram de um crescimento esperado de mais de 3% globalmente para uma forte contração negativa de 3% - muito pior do que a perda de produto observada durante a crise financeira global de 2008-09”, e “representa uma ameaça muito séria à estabilidade do sistema financeiro global.”

Segundo a OIT, 81% da força de trabalho teve os seus locais de trabalho total ou parcialmente fechados. Alguns dados dão-nos ainda uma imagem mais forte da dimensão do problema: segundo a informação da OCDE de início de abril, em março, nos Estados Unidos, o desemprego disparou, com o número de novos requerentes de benefícios de desemprego a subir para 6,6 milhões na semana que terminou em 28 de março – mais de vinte vezes mais do que na semana que terminou em 14 de março.

Dados disponíveis em outros países apontam para uma deterioração semelhante: na Áustria, o número de pessoas que se registaram no serviço público de emprego aumentou mais de dois terços, e, na Noruega, os níveis de desemprego registados quintuplicaram. No Reino Unido, o desemprego é o maior desde há 30 anos – acredita-se que atinja 15% da força de trabalho.

Numa vídeo conferência promovida pela Universidade de Oxford no final da primeira quinzena de Abril, Dimitrios Tsomocos reafirmava o carácter desta nova crise, sublinhando que “esta crise não tem precedentes. Nunca vimos uma igual - temos um choque combinado de oferta que criou um choque de procura que, eventualmente, migrará para uma crise bancária e financeira. Além disso, isso pode ter importantes consequências geopolíticas. De facto, temos todos os ingredientes de uma tempestade perfeita”.

De facto, em termos geopolíticos, esta crise apresenta fatores potencialmente disruptivos. O impacto – que se espera profundo – nos países em desenvolvimento poderá levar, de acordo com a ONU, a um retrocesso de 30 anos nos níveis de pobreza. Mas os equilíbrios geopolíticos entre as grandes potências sofreram também um abalo que alguns afirmam ser estruturante do novo mundo que virá aí.

Comprando a crise provocada pelo COVID-19 às provocadas pela queda do Muro de Berlim ou o colapso do Lehman Brothers, a Foreign Policy lançou a 12 analistas de todo o mundo o desafio de ponderarem sobre a ordem global após a pandemia e partilhassem os seus cenários.

O impacto – que se espera profundo – nos países em desenvolvimento poderá levar a um retrocesso de 30 anos nos níveis de pobreza. Mas os equilíbrios geopolíticos entre as grandes potências sofreram também um abalo que alguns afirmam ser estruturante do novo mundo que virá aí.



Neste exercício, se algo de comum une os especialistas, é que a crise, que perturbou mercados e expôs a competência (ou a falta dela) dos governos, levará a mudanças permanentes no poder político e económico de maneiras que se tornarão visíveis apenas mais tarde. Alguns traços dessa novíssima ordem mundial podem, no entanto, ser desde já ponderados.

O aumento exponencial do desemprego, focado sobretudo nos jovens e nos menos qualificados, levará provavelmente a um reforço do Estado e reforçará o nacionalismo, favorecendo a opção por políticas protecionistas e aumentando as dificuldades dos modelos centrados em organizações multilaterais, em crise desde há alguns anos.

Esta crise veio confirmar que em situações de grave crise, é para o poder do Governo que as sociedades se voltam e do sucesso ou insucesso dos Governos em superarem a pandemia e darem resposta aos seus efeitos na economia dependerá a evolução do papel do Estado no futuro. Mas estarão os governos nacionais dotados de instrumentos de resposta capazes nesta nova era?

A experiência até agora, de acordo com os dados disponíveis mais recentemente, e tendo em conta as correções de números que vão surgindo em relação à China, mostra que de facto foram as democracias quem melhor lidou com a pandemia, reforçando a credibilidade do modelo face às respostas menos conseguidas pelos países dirigidos por líderes populistas ou autoritários. Mas dependendo da capacidade de reagir e superar a crise económica, o modelo democrático poderá ser colocado sob stress reforçado.

Por outro lado, e como já referido neste Relatório, os governos, de todos os tipos, adotaram medidas de emergência para gerir a crise que permitiram um maior controle da sociedade, e dos meios de comunicação, ainda que em níveis e extensão diferenciados, e ponderam agora meios de vigilância eletrónica que até há três meses eram considerados instrumentos de repressão social próprios de regimes autoritários. O modelo democrático sobreviverá na medida em que estes governos sejam mais ou menos relutantes a renunciar a esses novos poderes quando a crise terminar.

A globalização, como conhecida, sofrerá alterações estruturais, na continuidade acelerada de algumas tendências que se vinham desenvolvendo e que as decisões dos principais *players* mundiais nestes últimos três meses podem ter acelerado. Com efeito, para alguns especialistas, esta crise deverá acelerar a mudança que já tinha começado da globalização centrada nos EUA para uma globalização mais centrada na China. O crescente poder económico e militar da China já tinha levado a uma divisão partidária nos EUA para afastar

A globalização, como conhecida, sofrerá alterações estruturais, na continuidade acelerada de algumas tendências que se vinham desenvolvendo e que as decisões dos principais players mundiais nestes últimos três meses podem ter acelerado.



a China da alta tecnologia e propriedade intelectual de origem americana, e à tentativa de forçar os aliados a seguir o exemplo.

Kori Schake, vice-diretor geral do International Institute for Strategic Studies (Reino Unido), junta-se ao que tem sido defendido neste Relatório, ao afirmar que os EUA deixarão definitivamente de ser vistos como líderes internacionais na sequência da gestão que têm feito da crise e das opções que têm sido tomadas pelo seu presidente que, para o especialista, falhou no teste da liderança global.

Por outro lado, o aumento da pressão pública e política para cumprir os objetivos de redução de emissões de carbono e a perda de emprego sentida especialmente em economias maduras; assim como a pressão económica, com o aumento dos custos da mão de obra chinesa; a guerra comercial levada a cabo pelo presidente dos EUA, Donald Trump; e os avanços em robótica, automação e impressão 3D, já vinham pondo em causa, há alguns anos, a dependência de muitas empresas de cadeias de abastecimento de longa distância, nomeadamente da China.

Agora, a COVID-19 está a demonstrá-lo e a minar os princípios básicos da produção global ao quebrar muitas ligações estratégicas dos negócios demonstrando claramente as fragilidades do modelo: o fecho de fábricas em áreas afetadas deixou outros fabricantes e comerciantes sem stocks e produtos ainda antes das decisões de *lockdown* chegarem aos países ocidentais, levando as empresas a repensar seriamente e a encolher as cadeias de fornecimento multinacionais que têm dominado a produção nas últimas décadas.

O reconhecimento de que as cadeias de abastecimento e as redes de distribuição globais são profundamente vulneráveis a disrupções é, aliás, apontado como o choque fundamental para o sistema financeiro e económico mundial que emerge da crise que alguns apelidam já, por analogia com a crise de 1929, *The Great Lockdown*. A globalização criou o sistema *just-in-time*, permitindo às empresas baixar custos com mão-de-obra e evitar os custos de armazenagem. O COVID-19 provou que todo o sistema *just-in-time* está assente em pressupostos frágeis e facilmente disruptíveis.

Apesar de tudo o que ficou explícito, parece haver ainda espaço para considerar que este não é o fim do mundo interconectado, de que a própria pandemia é prova. Assistiremos certamente a mudanças relevantes.

O novo normal não será uma continuação após um maior ou menor interregno, mas esta crise reforça a tendência fundamental das últimas décadas: as

O reconhecimento de que as cadeias de abastecimento e as redes de distribuição globais são profundamente vulneráveis a disrupções é, aliás, apontado como o choque fundamental para o sistema financeiro e económico mundial que emerge da crise.



tecnologias do século XXI são globais, não apenas do ponto de vista da distribuição, como das suas consequências.

Nenhuma das ameaças que justificavam em fevereiro de 2020 a defesa de modelos de cooperação global desapareceu com a pandemia em março, nem vai desaparecer. Aquilo a que nos habituámos a chamar de “as novas ameaças”, os “atores erráticos do sistema internacional”, as redes criminosas internacionais de tráficos de pessoas, de bens e de informação, continuam para além da pandemia, e continuarão a exigir respostas comuns e soluções partilhadas.

Como na gestão, controle e combate à pandemia, também no que respeita à crise económica por ela provocada e para todas as outras crises e ameaças globais que teremos de enfrentar no futuro, há um apelo a uma resposta coordenada internacionalmente; é do interesse de todos os países pensar e agir globalmente. Se de alguma coisa podemos ter certeza neste mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, é de que esta não será a última crise global.

Assistiremos nos próximos anos, décadas, a outras pandemias, à aceleração das mudanças climáticas e desaparecimento de biodiversidade; a crises locais e regionais, ambientais, económicas, políticas e de segurança. Em todas elas, as sociedades serão o ponto essencial, e será fundamental antecipar de alguma forma, e compreender, até que ponto e de que maneira essas crises mudarão as sociedades, a sua forma de organização política e o modelo de relacionamento internacional global. O mesmo se aplica hoje ante a crise sistémica que se adensa. Não seria a primeira vez que uma crise provocaria reformas estruturais na ordem económica nacional e internacional como aconteceu após a crise de 1929-45.

Torna-se essencial, hoje de novo, olhar para além do curto prazo, e refletir no longo prazo desenhando hoje o(s) modelo(s) do sistema político, económico e social – e tecnológico em que a humanidade viverá nas próximas décadas.

Como a história do século XX ilustra – e na Europa de forma evidente – uma crise nunca tem uma via única de resolução. O futuro reconstrói-se após cada crise, quando novas oportunidades se abrem para a reinvenção com a criatividade e o livre arbítrio que só a humanidade tem para decidir como o quer moldar.

O essencial, como colocou Jürgen Zattler, diretor executivo do Banco Mundial em representação da Alemanha, é nunca desperdiçar uma crise naquilo que ela traz de oportunidade de construção de um novo – e, espera-se, melhorado – capítulo na história da humanidade.

*Torna-se essencial,
hoje de novo, olhar para além
do curto prazo,
e refletir no longo prazo
desenhando hoje o(s) modelo(s)
do sistema político, económico e
social – e tecnológico
em que a humanidade
viverá nas próximas décadas.*



A nova estratégia industrial europeia

Há muito criticada pelo abandono da indústria, em favor da terciarização da sua economia, no modelo de globalização competitiva em que se desenvolveu nas últimas décadas, a Europa tem vindo a reconhecer, no contexto da evolução relativamente recente do sistema económico internacional, a necessidade de repensar esta estratégia e reforçar a sua capacidade industrial.

A crise provocada pela pandemia em curso veio reforçar essa tendência que se vinha já verificando, e que teve o seu mais recente desenvolvimento na publicação, em março, da nova Estratégia industrial para uma Europa globalmente competitiva, verde e digital.

Representando 20% do valor acrescentado total da UE e 35 milhões de empregos, a indústria responde por 80% das exportações europeias e 99% das suas pequenas e médias empresas.

Esta nova estratégia industrial europeia representa a vontade – e esperança – de a Europa se manter competitiva no cenário global, com uma indústria mais verde, mais circular e mais digital, os três fatores distintivos que, entende-se, impulsionarão a indústria, apoiarão as PME e manterão a Europa sustentável e competitiva... e com autonomia estratégica.

A estratégia assenta na verificação de que as transições ecológicas e digitais afetarão a economia, a sociedade e a indústria como um todo, e exigirão novas tecnologias com necessidades acrescidas de investimento e inovação para a criação de novos produtos, serviços, mercados e modelos de negócios, que implicarão uma mudança da produção linear para uma economia circular em modo célere, e moldarão os novos tipos de empregos que ainda não existem e que precisam de competências que ainda não temos.

Desta forma, a nova estratégia industrial articula-se com outros dois documentos fundamentais emitidos pela Comissão Europeia: o Acordo Verde da Europa (*European Green Deal*) e a recente estratégia da Comissão para moldar o futuro digital da Europa, documentos que definem a ambição, a velocidade e a direção da desejada evolução da economia europeia para os próximos anos.

Reconhecendo que a amplitude e profundidade, a escala e a velocidade, a natureza e a necessidade da transição necessária não têm precedentes, a Comissão sublinha que a capacidade de a indústria europeia liderar a dupla

A nova estratégia industrial europeia representa a vontade – e esperança – de a Europa se manter competitiva no cenário global, com uma indústria mais verde, mais circular e mais digital.



transição (verde e digital) e impulsionar a competitividade europeia depende de, muito mais do que ser capaz de simplesmente se adaptar, ser capaz de se tornar o acelerador e facilitador de mudanças e inovações naquele sentido.

A estratégia agora apresentada reflete os valores europeus e tradições sociais de mercado, e assenta num princípio de desenvolvimento ecossistémico, onde as empresas dentro e entre setores industriais, Estados-Membros, regiões e instituições da UE devem cooperar para que os seus objetivos sejam atingidos, constituindo assim também uma inovação no tipo de governança que implica, para alcançar a transição em direção à neutralidade climática e liderança digital pretendida.

O ecossistema industrial europeu reúne uma diversidade de atores, incluindo institutos académicos e de investigação, fornecedores, PME e grandes empresas. No passado recente, as “alianças industriais” produziram bons resultados em setores como baterias, plásticos e microeletrónica, e é com base nesses casos de sucesso que se pretende estender essa ideia a outras tecnologias e áreas de negócios.

Neste contexto, deverá ser lançada uma nova Aliança Europeia de Hidrogénio Limpo, que será seguida de alianças similares em outras indústrias de baixo carbono, clouds e plataformas industriais e matérias-primas.

Reconhecendo a diversidade da indústria europeia, com diferentes tamanhos, riscos e necessidades, propõe, no entanto, que se encontrem soluções direcionadas, e não uma abordagem única, incentivando e capacitando as regiões e os municípios a enfrentarem os desafios e aprender uns com os outros, dotando ao mesmo tempo os Estados-Membros e as regiões dos meios necessários para satisfazerem as suas necessidades específicas de transformação maximizando o potencial da Europa mediante uma especialização inteligente, graças à cooperação entre a UE e os níveis nacionais e regionais, e sublinha a necessidade de reforçar as capacidades das comunidades locais para enfrentarem e se adaptarem às mudanças sociais e económicas.

A Comissão Europeia salienta, neste contexto, o papel que a experiência dos empreendedores e inovadores sociais pode ter nesta nova industrialização europeia, mostrando como desenvolver a resiliência social no seio das comunidades, respondendo a necessidades sociais específicas e gerando simultaneamente atividade económica e emprego, sem esquecer o papel que a responsabilidade social das empresas pode também desempenhar na busca da sustentabilidade ao mesmo tempo que, tendo em conta a evolução das

A capacidade de a indústria europeia liderar a dupla transição (verde e digital) e impulsionar a competitividade europeia depende de, muito mais do que ser capaz de simplesmente se adaptar, ser capaz de se tornar o acelerador e facilitador de mudanças e inovações naquele sentido.



preferências dos consumidores, contribui para tornar as empresas mais competitivas e inovadoras.

Será essencial que as empresas portuguesas, e os empreendedores portugueses, assim como as instituições de investigação e inovação, consigam acompanhar e aproveitar as novas oportunidades que surgirão no contexto desta nova estratégia industrial europeia, tirando partido do know-how existente e das suas vantagens competitivas de forma a potenciá-las e a ganharem uma dimensão que lhes permita alcançar melhores resultados e afirmar-se no novo mundo pós-crise.

Todas as cadeias de valor industrial, incluindo setores de uso intensivo de energia, terão um papel fundamental a desempenhar, mas todos os setores terão de trabalhar para reduzir as suas próprias pegadas de carbono, mas também acelerar a transição, fornecendo soluções de tecnologia limpas e acessíveis e desenvolvendo novos modelos de negócios.



Todas as cadeias de valor industrial, incluindo setores de uso intensivo de energia, terão um papel fundamental a desempenhar, mas todos os setores terão de trabalhar para reduzir as suas próprias pegadas de carbono, mas também acelerar a transição, fornecendo soluções de tecnologia limpas e acessíveis e desenvolvendo novos modelos de negócios.

Portugal – as empresas portuguesas, os centros de investigação e inovação nacionais – têm já muito trabalho e investimento feito, quer no contexto da transição ecológica que no da transição digital. Esta nova estratégia industrial europeia pode, assim – e deve – constituir uma oportunidade de capitalizar o esforço já feito e permitir àqueles atores económicos constituírem-se como parceiros relevantes no âmbito das alianças industriais europeias que serão constituídas.

